

**REFLEXÕES SOBRE OS (DES)CAMINHOS DA HISTÓRIA REGIONAL NA
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA EM GOIÁS (1972-2010)**ROGÉRIO CHAVES DA SILVA¹

Intentando analisar os caminhos trilhados pelas pesquisas em história regional brotadas na produção histórica em Goiás, esquadrinho os diferentes panoramas historiográficos delineados por esses trabalhos, emprestando especial atenção às investigações realizadas no âmbito de pós-graduação (mestrado) com o propósito de examinar os contextos de produção e, precipuamente, os aspectos teóricos e metodológicos inscritos a esse elenco de pesquisas, desde a criação do Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1972, ao entardecer da primeira década do século XXI.

1. Breve história da historiografia em Goiás: justificando um percurso investigativo

A busca por conhecer e dar sentido, através de uma narrativa histórica, ao passado de uma região² que, espacialmente, foi denominada de Goiás³ remonta o século XIX e teve naquela época a figura do Padre Silva e Souza⁴ como seu grande expoente. Desbravar as trilhas das primeiras bandeiras que adentraram o sertão ocupado pelos índios *goyaze*; deslindar a aventura de Bartolomeu Bueno da Silva⁵ em busca do eldorado; auscultar a formação dos primeiros arraiais, vilas, cidades; inquirir sobre os rumos tomados pelo ouro e pela agropecuária em Goiás constituiu-se na linha mestra para a compreensão do “passado dessa região”. Plasmado pelos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de se fazer história, era preciso construir uma história de Goiás, encontrar traços de uma identidade goiana, explicar como Goiás, através do tempo, se constituiu em uma região que, outrora úbere em ouro, acabou se caracterizando por sua vocação agropecuária. Além disso, naquele mesmo século, as impressões deixadas pelos viajantes europeus que palmilharam os

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás/ Bolsista FAPEG.

² Posteriormente, empreendo uma breve análise sobre o conceito de região.

³ O “território goiano”, inicialmente, pertenceu à Capitania de São Paulo, mas, em 1749, foi criada a Capitania de Goyaz. Assim como outras capitanias, após a Independência, tornou-se Província e, finalmente, com a instalação da República, estado de Goiás. Com a promulgação da Constituição de 1988, parte considerável do “território goiano” passou a constituir o recém criado estado do Tocantins.

⁴ O padre Luiz Antônio da Silva e Souza era de Serro Frio, Minas Gerais, e veio para Goiás em fins do século XVIII, após ter concluído seus estudos eclesiásticos na Europa. Em 1812, escreveu “Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz”.

⁵ Segundo a versão oficial, Bartolomeu Bueno da Silva foi o bandeirante responsável pela expedição que, em 1725, encontrou ribeirões auríferos na região habitada pelos índios *goyaze*, tornando-se, em 1726, o superintendente que iniciou o processo de administração das minas, resultando no povoamento da região.

caminhos goianos também influenciaram a(s) visão(ões) fabricadas sobre o “passado de Goiás”.

Essa tarefa de construção da(s) história(s) de Goiás, na primeira metade dos novecentos, foi continuada por memorialistas e historiadores diletantes; médicos, políticos, jornalistas, advogados; pessoas que intentavam registrar suas próprias experiências face aos acontecimentos históricos ocorridos no estado ou que procuravam elaborar histórias que dessem sentido aos fenômenos do passado inscritos à região. Nessa época, as narrativas eram tecidas por um emaranhado de acontecimentos pretéritos que davam vulto aos aspectos políticos do passado. Valorizando o factual e a sequência cronológica dos eventos, buscava-se, no trato com as fontes, construir um quadro amplo dos fenômenos históricos ocorridos em Goiás. Ademais, pelo fato de muitos deles pertencerem à Academia Goiana de Letras (AGL) e (ou) ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), seus textos resumavam a tentativa de se buscar, no passado, caracteres de uma identidade goiana, de uma “goianidade”.

A partir dos anos 1960, com a criação das Universidades Católica e Federal de Goiás e a consequente oferta do curso superior em história, a produção de conhecimento histórico em Goiás começou a adquirir contornos acadêmicos. A contratação de professores formados nos quadros da disciplina e a resultante elaboração de pesquisas, no âmbito da universidade, modelaram uma nova fisionomia nos trabalhos de história brotados no estado. Mas, sobretudo, em 1972, com a criação do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal (UFG), inaugurou-se uma nova fase na produção de conhecimento histórico em Goiás. A vinda de professores da Universidade de São Paulo (USP), responsáveis pelas disciplinas e pela orientação dos estudantes, além dos rigores exigidos nas pesquisas em nível de Pós-Graduação, foram fatores que concorreram para a elaboração de trabalhos com domínio teórico e metodológico mais acurado, em pesquisas preocupadas com os critérios de validação científica de seus resultados.

Desprovido da pretensão de estabelecer marcos fundadores para a história da historiografia científica em Goiás, mas consciente de que determinados momentos e pesquisadores foram fundamentais para os rumos tomados pela produção historiográfica de cunho científico no estado, faz-se *mister* ressaltar que o ano de 1972 representou um momento ímpar no cenário historiográfico goiano. Coincidência ou não, esse ano marcou não só a

criação do Programa de Mestrado em História da UFG (em convênio com a USP), mas também as defesas da única tese de livre-docência do Departamento⁶, e das três primeiras teses de professoras que saíram para doutoramento⁷. Desde sua criação até os dias atuais, o Programa vem demonstrando sua importância como principal centro de produção de conhecimento histórico em (sobre) Goiás.

2. O Programa de Pós-Graduação em História da UFG: importante locus de produção de conhecimento histórico em (sobre) Goiás

O curso de História da UFG não foi o primeiro criado no estado. Antes dele já existia o curso ofertado pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Segundo Borges (2006), o curso de história da UFG teve sua origem ligada ao fechamento do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) dessa Universidade, considerado por dirigentes vinculados ao Regime Militar em Goiás como um antro de produção de elementos subversivos. Mesmo já tendo a previsão para oferecer o curso em 1964, as dificuldades orçamentárias e de pessoal fizeram com que a gestão da UFG protelasse o quanto pôde a criação de novos cursos, no entanto, a extinção do CEB apressou a abertura do curso de História da UFG, que se apresentou como uma saída para a destinação de professores e estudantes do CEB.

Inicialmente, o curso de História foi concebido de forma conjunta ao de Geografia, ou seja, um único curso vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Com a Reforma Universitária de 1968, a FFCL foi desmembrada e as duas formações, antes siamesas de um mesmo corpo institucional, foram cindidas e seguiram, cada uma, seus próprios caminhos.

O curso de História da UFG, como herdeiro do antigo CEB, foi desenvolvendo sua vocação pelo estudo da realidade nacional e, sobretudo, de temas regionais, no entanto, neste período, agregou em seu currículo disciplinas voltadas para a reflexão acerca do exercício da pesquisa histórica: Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História e Introdução ao

⁶ A tese de livre-docência do Padre espanhol Luis Palacín Gomez, intitulada “1722-1822: Goiás - Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas”, é a obra de maior repercussão na produção historiográfica em Goiás. Defendida em 1972, representou o primeiro trabalho que trouxe concepções teóricas dos *Annales* em seu bojo. Arrazoei esses argumentos em minha dissertação de mestrado (SILVA, 2008).

⁷ As professoras Dalísia Doles, Maria A. Moraes e Marivone Chaim defenderam, em 1972, na USP, suas teses de doutorado, intituladas, respectivamente: “Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX”, “Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás” e “Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)”.

Trabalho Científico. Destarte, o curso de História da UFG acabou trilhando um caminho mais ligado à pesquisa do que o curso de história ofertado pela Universidade Católica, mais focada na formação de professores.

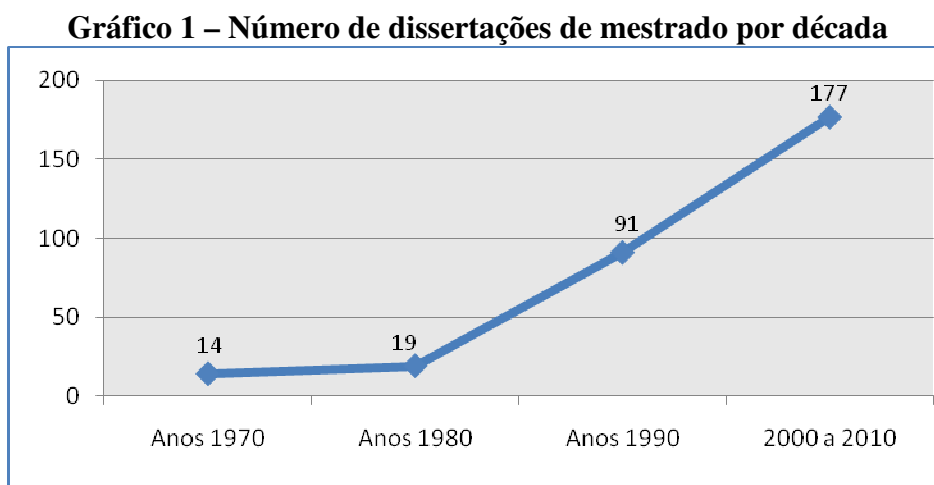
Na década de 1970, com a qualificação de professores em nível de doutoramento, o início do funcionamento do Programa de Mestrado em História (que também possibilitou a qualificação de vários docentes de seus quadros), e a opção pelo Regime de Tempo Integral de Dedicção Exclusiva (Retide), o Departamento de História da UFG se constituiu no principal locus de produção de conhecimento histórico em Goiás, especialmente sobre temas regionais. Como já mencionado alhures, os primórdios do Programa de Mestrado esteve marcado pela vinda da “missão paulista”, tanto para ministrar aulas quanto para orientar os(as) estudantes que, em sua maioria, eram professores dos quadros da UFG, os quais transitavam pelos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia.

No período de 1972 a 1980, a área de concentração definia-se como História do Brasil (*lato sensu*), porém, “[...] uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a CAPES e o CNPq: o curso mostrava-se incaracterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicasse, de forma precisa suas linhas norteadoras” (SALLES; FREITAS, 1996, p. 10). Seguindo uma proposta do professor Luis Palacín, definiu-se, em 1980, a área de concentração como sendo “História das Sociedades Agrárias” (*lato sensu*), estabelecendo, assim, as seguintes linhas de pesquisa: “Movimentos Sociais no Campo”, “História das Relações de Trabalho” e “Teoria e Metodologia da História”.

Por ocasião do reconhecimento do Programa de Mestrado, em 1987, houve uma redefinição das linhas de pesquisa, que passaram a ser as seguintes: “História e Região”, “História da Terra e do Trabalho” e “História das Relações Cidade/Campo”. Em 2001, o Programa experimentou outra reformulação. Ainda denominado de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, passou a contar com nova área de concentração (“Memória, Regionalidades e Culturas de Migração”) e novas linhas de pesquisa (“História Memória e Imaginários Sociais”; “Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração” e “Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração”), o que resultou na ampliação dos temas de pesquisas, das abordagens e dos objetos de reflexão historiográfica.

A partir dessa época, houve toda uma mobilização no sentido de viabilizar as condições necessárias para a recomendação do doutorado, que foi criado em 2003. Logo, com a implantação do Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), em substituição ao Mestrado em História das Sociedades Agrárias, a área de concentração passou a ser denominada “Culturas, Fronteiras e Identidades”, conservando as linhas de pesquisa já mencionadas.

Compulsando o histórico das pesquisas (dissertações de mestrado)⁸ elaboradas no interior do Programa, observa-se (gráfico 1) o crescimento do número de investigações de uma década para a subsequente, principalmente a partir dos anos 1990:



Fonte: Dados da pesquisa

Desde sua constituição em 1972 até o ano de 2003, percebe-se que as áreas de concentração do Programa adotadas e a maioria de suas linhas de pesquisa estiveram voltadas para a investigação de problemáticas regionais. Entretanto, a partir de 2003, a temática das “Regionalidades” foi retirada de sua área de concentração e mantida apenas em uma de suas linhas de pesquisa (“Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração”). Com a mais recente reformulação, ocorrida em fins de 2011, a área de concentração permaneceu a mesma (“Cultura, Fronteiras e Identidades”), sendo que outras linhas de pesquisa foram criadas: “História, Memória e Imaginários Sociais”; “Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de

⁸ As primeiras teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* da UFG foram defendidas em 2007, mas não foram inseridas nas discussões inscritas a esse texto.

História”; “Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História” e “Poder, Sertão e Identidades”, ficando os trabalhos sobre temas regionais mais próximos dessa última linha de pesquisa.

3. História Regional: a fluidez de um conceito em pauta

A propositura de uma análise acerca da história regional produzida no interior de uma determinada historiografia precisa vir acompanhada de alguns esclarecimentos quanto ao conceito de região. Essa definição, formulação intelectual tão cara à Geografia por estar intrinsecamente ligada à questão do espaço, está longe de ter uma concepção unívoca. Desde há algum tempo não mais monopólio dos geógrafos, este conceito vem ocupando páginas importantes de estudos por parte de antropólogos, sociólogos, economistas e historiadores. No caso propriamente da história, os chamados “estudos regionais herdaram alguns debates oriundos da historiografia francesa, sobretudo de autores ligados aos *Annales*. Propugnadores de uma maior aproximação com outras ciências, por meio da interdisciplinaridade, os historiadores dos *Annales* buscaram na Geografia, nas Ciências Sociais, na Antropologia, na Psicologia, elementos que contribuíssem com uma nova concepção de história, diferente da história política tradicional, “dos grandes feitos”, dos “grandes homens”, que impunha um modelo de narrativa histórica contínua, linear e pouco analítica. No tocante à aproximação com Geografia, por exemplo, a incorporação de estudos de Vidal La Blache pelo historiador Fernand Braudel foi fundamental para a elaboração de sua “dialética da duração”. Essa influência dos *Annales* foi especialmente sentida durante a consolidação de boa parte dos Programas de Pós-Graduação em História que afloraram no país nas décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, os estudos regionais se constituíram na pedra de toque das pesquisas históricas confeccionadas no interior de muitos Programas. Adentrando aos arquivos das regiões as quais estavam inseridos, os pesquisadores se entregaram à inquirição de fontes relacionadas ao passado inscrito a sua “região”, geralmente o estado (unidade federativa), o que resultou em trabalhos que apresentaram intrincadas e oblíquas conexões entre o local, o regional e o nacional. Isso também ocorreu no Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, o interesse de pesquisa esteve voltado, sobremaneira, para a investigação de fenômenos, eventos, personagens, imagens, representações, dinâmicas, discursos, movimentos, contextos que estivessem relacionados, de alguma forma, com o “passado da região”, no caso Goiás.

É imperioso frisar que a concepção de região trazida para essa análise trata-se de uma noção fluída. Essa fluidez se justifica pelo fato de me apropriar de uma definição que considera uma divisão político-administrativa como delimitação espacial para se pensar os estudos de história regional, no entanto, também leva em conta que essas pesquisas incorporam elementos sociais, econômicos, políticos e culturais que ultrapassam esses limites geográficos. Reflito sobre investigações acadêmicas produzidas, sobretudo, em Goiás, e algumas confeccionadas fora do estado, mas tiveram em comum o desiderato de analisar fenômenos históricos relacionados ao passado de uma região: Goiás. Não obstante, os imperativos trazidos pela delimitação espacial não obliteram a consciência de que se trata de um estabelecimento de limites meramente formais, pois, por manejar pesquisas que lidam com fenômenos vivenciados e investigados por seres humanos, analiso leituras e interpretações sobre acontecimentos do passado que estão para além dessas fronteiras político-administrativas. Região, mais do que um mero espaço em meio a um limite geográfico ou natural, consiste em um espaço social e culturalmente construído através de diferentes experiências históricas vividas por seus atores. Experiências estas que, muitas vezes, estão carregadas de rastros culturais que ultrapassam as linhas administrativas de um estado. Para exemplificar como essa a concepção de estudo regional é fluída, ao estudarmos o “antigo” norte de Goiás, além de ser patente a influência de elementos étnicos e culturais nordestinos na região, sua constituição se deu no período em que pertencia ao território goiano, mas, desde 1988, pertence ao estado do Tocantins. Ou como estudar as cavalhadas realizada em Pirenópolis-GO sem considerar os traços culturais ibéricos herdados por esta celebração?

Embora delimitada espacialmente, a região aqui tratada não é um espaço estático, reduzida à chave do geográfico, é um local extremamente dinâmico, ambiente de disputas, de conflitos, de relações de poder, de “lutas simbólicas” (BORDIEU, 1989). Portanto, conforme se depreende dessa breve discussão, a fluidez que perpassa essa noção do que será tratado como regional diz respeito à opção por considerar trabalhos históricos que estabelecem um recorte espacial para seus objetos de pesquisa, geralmente fenômenos ligados à “história de Goiás”, delimitação essa que acaba sendo extrapolada por abranger aspectos políticos, econômicos, sociais e, sobretudo, culturais que estão para além dessa fronteira administrativa.

Nesse sentido, a história regional aqui considerada para os termos dessa análise consiste em pesquisas, especialmente as dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFG, que investigaram fenômenos relacionados à “história de Goiás”.

4. Os (des)caminhos da história regional na produção historiográfica em Goiás: um ponto de vista

Até fins da década de 1960, a produção histórica em Goiás ficou marcada pela atuação de memorialistas e historiadores diletantes que, através de sua erudição e autodidatismo, buscavam registrar os acontecimentos históricos ocorridos em Goiás, os quais julgavam dignos de conhecimento pelas gerações posteriores. Representantes de uma elite intelectual goiana, muitos desses homens e mulheres eram ligadas à Academia Goiana de Letras e (ou) ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, por isso, alguns de seus trabalhos ressumavam a tentativa de se buscar nos fatos ocorridos no passado traços de uma pretensa identidade goiana. Além dos trabalhos mais voltados para a produção de memórias, ancorados nas reminiscências de uma experiência pretérita vivida, predominavam os textos que contavam a(s) história(s) de Goiás a partir de narrativas lineares, factuais, que privilegiavam os acontecimentos políticos e personagens marcantes e que, na maioria dos casos, apresentavam uma relação “acrítica” com os documentos carregados para o bojo da história. Muitos desses eruditos, produtores da história regional, ministravam disciplinas nos primeiros anos de existência do curso de História da UCG e no do CEB, que, fechado com durante a ditadura militar, deu origem ao curso de História/Geografia da UFG.

Nos últimos anos da década de 1960, com a contratação, pela Universidade Federal, de professores com formação em História, a opção tomada por muitos de seus docentes pelo Regime de Tempo Integral de Dedicção Exclusiva, somado ao foco destinado ao exercício da pesquisa histórica por grande parte desses docentes e, sobretudo, a partir da criação do Programa de Mestrado em História da UFG, constituiu-se uma nova fase na produção de conhecimento histórico em (sobre) Goiás. A defesa da tese de livre-docência pelo Pe. Palacín, as teses de doutoramento das professoras Dalísia Doles, Maria Augusta Moraes e Marivone Chaim na USP, todas em 1972, demarcaram a feitura de pesquisas sobre história de Goiás com caracteres distintos aos daqueles textos históricos produzidos nas décadas anteriores: o exame crítico das fontes históricas, a existência de aportes teóricos subjacentes ou

explicitados, a construção de hipóteses a serem defendidas, a produção/apropriação de conceitos históricos, enfim, elementos que refletiam a preocupação com a validação científica dos resultados investigativos.

Além das várias pesquisas sobre história regional desenvolvidas no decorrer da década pelos docentes do curso de História da UFG, o Programa de Mestrado começou a prestar sua contribuição à produção de conhecimento histórico em Goiás, a partir da defesa da primeira dissertação de mestrado, em 1974, pela professora Gilka Salles ⁹, que também atuava no Departamento de História. Compulsando o bojo da produção historiográfica elaborada no Programa de Mestrado, é possível observar, nessa primeira década, a predileção pela abordagem de temas regionais. Não obstante, a área de concentração muito ampla, “História do Brasil” (*Lato Sensu*), a falta de definição quanto às linhas de pesquisas, adicionado à diversidade de formação dos primeiros mestrandos (historiadores/as, filósofos, geógrafas, assistente social, pedagoga) contribuíram para que os primeiros trabalhos apresentassem abordagens díspares, em muitos casos, expondo temas e perspectivas ligadas às respectivas áreas de formação dos pesquisadores. Por ter se constituído, juntamente com o de Letras, em um dos primeiros Programas de Mestrado da UFG, esses cursos eram muito procurados por professores de outras áreas que buscavam qualificação.

A despeito dessa heterogeneidade encontrável nas dissertações, após um contato mais demorado com as mesmas, é possível expor alguns aspectos teóricos e metodológicos comuns a elas. Primeiramente, fica evidente a “preocupação metódica” inscrita a esses trabalhos, isto é, independente se as hipóteses são questionáveis ou não, é possível depreender as tentativas de se analisar e apresentar os vários documentos históricos que esteiam as hipóteses das pesquisas. Ademais, era muito comum a colocação de longos “anexos” com cópias integrais de fontes históricas, com a intenção de apresentar parte da documentação encontrada e também de propiciar novas investigações sobre os temas garimpáveis daqueles documentos. Ao mesmo tempo, é preciso salientar que até o estabelecimento da nova área de concentração e linhas de pesquisas em 1980, nessas investigações, a “preocupação metódica” se sobrepunha às discussões e análises teóricas. Nos últimos trabalhos da década, as inquietações teóricas até começam a ocupar maior espaço nas dissertações, mas, em geral,

⁹ Dissertação intitulada “Adequação da Teoria de Gaston Bachelard à historiografia”.

prevalecia a máxima a “história se faz com documentos”. No entanto, é imperioso ressaltar o empenho desses primeiros pesquisadores que, mesmo com a inexistência de bolsas de pesquisa, vasculharam arquivos, manusearam documentos, muitos deles esparsos, desorganizados e em péssimo estado de conservação, mas também inéditos. Além das constantes “romarias” empreendidas, tanto pelo estado de Goiás, à procura daquelas fontes históricas fundamentais para a investigação, como também nos deslocamentos ao estado de São Paulo para debater o andamento de seus trabalhos com os respectivos orientadores¹⁰.

Naquele quadrante histórico, a escassez de trabalhos acadêmicos sobre história regional acabava por incidir na feitura dessas pesquisas. Primeiramente, fica patente que os textos dos memorialistas e historiadores diletantes se constituíram em grandes referências dessas primeiras dissertações no que se refere à “reconstrução” de contextos de determinadas épocas que nelas foram perquiridas, sobretudo no tocante a acontecimentos ocorridos no século XX. Como as teses de Palacín, Doles, Moraes e Chaim privilegiavam temas subsumidos aos séculos XVIII e parte do XIX, os primeiros mestrados que, em sua maioria, tratavam de objetos inscritos ao século XX, tiveram que recorrer aos textos de memorialistas e historiadores diletantes para apresentarem a configuração de determinados contextos históricos. Além disso, essa carência de trabalhos científicos sobre história regional fazia com que muitos mestrados também se valessem de artigos e pequenos textos produzidos por seus professores, sejam fruto de pesquisas pontuais ou elaborados para comunicações em eventos acadêmicos.

Essa consciência de que as pesquisas acadêmicas sobre história regional eram escassas acabava estimulando esses pesquisadores a valorizarem o “trabalho de campo”, buscando, incessantemente, os documentos não submetidos aos olhares críticos da historiografia. Como resultado disso, a maioria deles enfatizava, em seus textos, a tentativa de estar contribuindo com a “historiografia goiana” e para a escrita da história de Goiás, que ainda carecia de muita pesquisa.

Embora não muito propensas aos debates teóricos, é possível perceber que algumas dissertações foram influenciadas por elementos teóricos e metodológicos oriundos da

¹⁰ Nessa década, os professores da USP Shozo Motoyama, João Batista Borges, Antônia Wright e, principalmente, Laima Mesgravis, orientaram os mestrados do Programa.

historiografia francesa dos *Annales*: a concepção acerca da “dialética da duração” (Braudel), o uso frequente dos conceitos de “estrutura” e “conjuntura”, traços da história serial e a predominância da metodologia quantitativa. É importante salientar que muitas pesquisas que abarcaram temas do século XX, trabalharam com a metodologia da entrevista para encontrar informações não obtidas junto às fontes escritas, mas ainda não se tratava da utilização da metodologia da história oral. No entanto, no final da década, foi feito um primeiro aceno quanto à discussão em torno da história oral. Depara-se também com pesquisas que operam com um vocabulário marxista, embora não empregue o materialismo histórico como perspectiva de compreensão da realidade social. Essas inquiuições dos anos setenta estiveram voltadas, em sua maioria, para abordagens relacionadas à história social, história demográfica e algumas para a história política, privilegiando temas como as dinâmicas de povoamento, as migrações, os projetos de colonização e a história das administrações.

Como já mencionado anteriormente, a partir dos anos 1980, a produção historiográfica em Goiás apresentou uma nova faceta. Com a reformulação do Programa (1980) e a consequente definição de sua área de concentração (“História das Sociedades Agrárias”) e das linhas de pesquisa, algumas alterações, sobretudo teóricas e metodológicas, foram percebidas na produção de conhecimento histórico em Goiás. Não obstante, algo permaneceu: a sobrepujança de trabalhos inscritos à história regional. Do mesmo modo, com o estabelecimento da nova área de concentração, é possível observar que a produção historiográfica dos anos 1980 ficou marcada por pesquisas sobre temas voltados para a história agrária.

Nesse contexto, o Programa já contava com um quadro próprio, mas reduzido, de professores. A maior parte dos docentes do Departamento, que não podia atuar no Mestrado, buscou fazer o doutoramento na Universidade de São Paulo e defenderam teses sobre temas atinentes à história de Goiás. Isso foi uma constante até meados da década de 1990. Depreende-se, daí, a importância que essas teses defendidas na USP tivera para a historiografia em (sobre) Goiás, até porque foram elaboradas por professores que atuavam na Universidade Federal e que acabavam estimulando o debate sobre as mesmas.

A despeito do “desapego teórico” demonstrado nas investigações do decênio anterior, as discussões teóricas ocuparam lugar de relevo em muitos trabalhos dos 80. Muitas

pesquisas dedicaram o capítulo inicial à discussão teórica, em que se justificava a orientação teórica apropriada, os conceitos que seriam trabalhados e a metodologia empregada. No tocante aos aportes teóricos, o instrumental marxista predominou, de forma maiúscula, como “perspectiva orientadora da experiência do passado” (RÜSEN, 2001) nas dissertações desse período. Preliminarmente, acredito que a hegemonia teórica do marxismo nos Programas de Pós-Graduação em História, sobretudo na USP, onde a maioria dos professores fez doutorado, conjugado à abertura política do regime militar nos anos 80, foram fatores que potencializaram essa predominância do referencial teórico marxista em Goiás nesse período. É possível também mapear uns poucos trabalhos que utilizaram conceitos de Max Weber como meios de análise de determinados fenômenos históricos. É necessário registrar ainda o aparecimento das primeiras investigações que trouxeram em seu bojo a perspectiva da história do cotidiano. Dessa forma, novos pontos de vistas surgem como mote de algumas dissertações: “dar voz aos camponeses”, “conhecer a história de homens comuns”.

Do ponto de vista metodológico, observa-se a erupção da história oral. Como também houve nesse decêndio a sobrepujança de temas relacionados ao século XX, o *boom* dessa perspectiva metodológica e a proximidade temporal com os “sobreviventes da história” estimularam os pesquisadores à busca das valiosas “fontes orais”. Todavia, somente no final da década é que surgiram os primeiros trabalhos que relacionaram história oral e memória, mas sem muita reflexão sobre as diferentes acepções e autores que debateram o(s) conceito(s) de memória. No entardecer dos oitenta, “novas” fontes também vieram à lume em algumas inquições: as iconografia e o patrimônio cultural (“agora” tratado como fonte histórica). Em que pese todas essas novidades teórico-metodológicas, alguns aspectos persistiram: o vigor destinado à história quantitativa e o sentimento externado pelos mestrados de estar contribuindo com a escrita da história de Goiás ou com a “historiografia goiana”, ainda carente de pesquisas históricas acadêmicas.

Da aurora ao crepúsculo dos anos 1990, a produção historiográfica em Goiás passou várias transformações de ordem teórica e metodológica. Todavia, as pesquisas no âmbito da história regional continuaram prevalecendo tanto no Programa como no próprio cenário historiográfico goiano em geral. Essas alterações, na forma de conceber e produzir conhecimento histórico, teriam sido reflexos da crise “ontológica”, vivenciada pelo mundo

ocidental, e pela crise “epistemológica”¹¹, experimentada pela comunidade dos historiadores (FALCON, 2002) desde fins da década de 1960. Outro fator que concorreu para o incremento dessas mudanças nos “modos de historiar” em Goiás foi a entrada de professores de outros centros de produção histórica, por volta de 1991, quando da aposentadoria de muitos docentes pioneiros no Programa.

O instrumental teórico marxista, principalmente via Gramsci e Nova Esquerda Brasileira, ainda preponderou no decorrer da década em questão. Seguindo essas linhas de reflexão, várias pesquisas abordaram problemáticas agrárias, visando, precipuamente, a análise dos processos de modernização no campo, dos movimentos e conflitos sociais no campo, como também da relação entre questões agrárias e as instituições (principalmente Estado e Igreja Católica).

Em que pese essa prevalência da perspectiva teórica marxista, percebe-se o alargamento das fronteiras teórico-metodológicas, o que resultou em novas abordagens não ancoradas nas balizas do materialismo histórico. Na primeira metade dos noventa, a recorrência aos estudos das “mentalidades” e da “história do cotidiano” demonstra isso. Já na segunda metade, trabalhos no âmbito da etno-história, antropologia histórica e, principalmente, da história cultural confirmam esses novos ventos historiográficos que sopravam em Goiás. A influência daquilo que Burke (1992) chamou de “terceira geração dos *Annales*” também pode ser sentida, notadamente por meio de pesquisas nos domínios da cultura e que abordaram temas como a sexualidade, a religiosidade, a(s) identidade(s), o imaginário, imagens e as representações (“em substituição” às mentalidades), as sociabilidades, a família e a infância. Investigações sobre história das mulheres, confeccionadas no início do decênio, deram lugar à perspectiva das relações de gênero no entardecer dos noventa. Do mesmo modo, despontaram investigações com outros recortes temporais e espaciais não relacionados ao Brasil ou a Goiás, como o medievo português ou os pensadores hispano-americanos do século XIX.

¹¹ Essa crise “ontológica”, grosso modo, teria se constituído na crise dos grandes modelos de desenvolvimento, das construções utópicas dos séculos XIX e XX, baseadas em conceitos como otimismo histórico, progresso e desenvolvimento. Já a crise “epistemológica” manifestou-se por meio da implosão das chamadas grandes teorias, herdeiras dos pressupostos cientificistas do iluminismo, assim como pelas críticas dirigidas pelo chamado *Linguist Turn* quanto a real possibilidade do tratamento científico do objeto histórico.

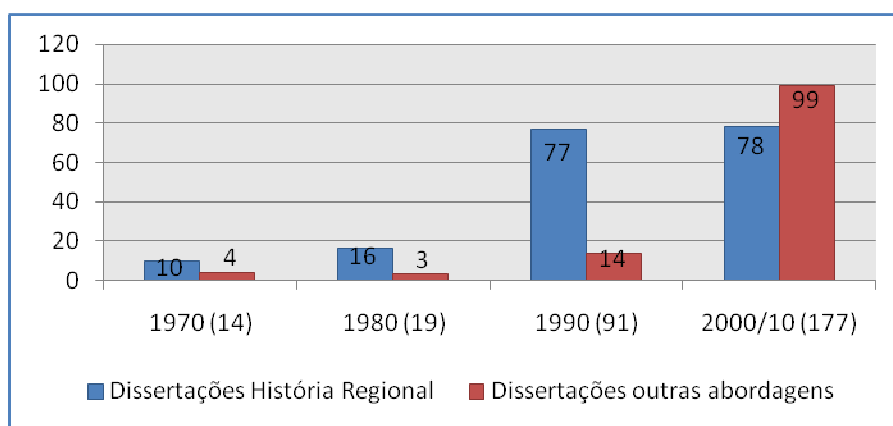
Embebendo-se das concepções aduzidas por autores dos *Annales* (como Bloch, Le Goff, Duby), assim como de Thompson, Foucault e Ginzburg, proposições como “dar voz aos silenciados”, “as classes subalternas”, “ouvir os excluídos da história”, “evidenciar aqueles que ficaram às margens da historiografia”, acabaram se constituindo em verdadeiras epígrafes de algumas dissertações. Nesse ambiente, outras temáticas também ocuparam linhas importantes da historiografia em Goiás: as discussões sobre a relação entre tradição e modernização, entre o público e o privado e entre história, memória e poder. No final da década, porém, verifica-se o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a história urbana, além dos primeiros trabalhos que se inquietaram com o debate em torno do pós-modernismo e da crítica narrativista, sobretudo repercutindo as discussões promovidas por Hayden White.

Do ponto de vista metodológico, a história oral continuou sorvendo grande interesse dos(as) historiadores(as). Não obstante, a partir de meados da década, a análise do discurso e o estudo de caso emergiram como outras vias metodológicas. No tocante às fontes, a linguagem arquitetônica, a iconografia e a cultura material foram trazidas à baila como importantes elementos metódicos da pesquisa.

Mesmo com todas as novidades sentidas pela produção historiográfica em Goiás nos anos 1990, a primeira década do novo século apresentou-se como momento em que profundas alterações teórico-metodológicas atingiram frontalmente essa historiografia. O *boom* da história cultural no fim dos novecentos contribuiu para que a utilização dos aportes teóricos marxistas e os trabalhos nos domínios da história econômica diminuíssem cada vez. Inclusive, as novas alamedas da história política em Goiás, por sua maior interface com a história cultural, começaram a ser calçadas por um alargamento da dimensão do político: para além dos aspectos administrativos e oficiais, o foco de abordagem passou a mirar para a análise das formações partidárias, das estratégias de memória, das ideias, representações, imagens, dos comportamentos políticos e da cultura política. Todavia, um aspecto salta aos olhos quando se embrenha na complexa paisagem historiográfica goiana do início do século XXI: o arrefecimento das pesquisas no âmbito da história regional. De forma preliminar, acredito que o ingresso cada vez maior de professores(as) oriundos(as) de outros estados nos cursos de história existentes em Goiás, pesquisadores com outras formações e sem vínculos familiares ou de pertencimento com a região; as novas orientações quanto às linhas de pesquisa

estimuladas pelas agências de fomento à pesquisa científica (como a CAPES e o CNPq) e as consequentes mudanças na área de concentração e linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da UFG, ocorridas no decênio em pauta, concorreram para engendrar esse arrefecimento. O gráfico 2 demonstra, numericamente, esse fenômeno que vem ocorrendo no Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFG:

Gráfico 2 - Número de dissertações (história regional e outras abordagens) por década



Fonte: Dados da pesquisa

Por conseguinte, em meio a essa diminuição das pesquisas sobre história regional, acontecida na década em apreço, observa-se o crescimento de estudos sobre outras delimitações temporais e espaciais praticamente não tratadas nos anos anteriores: Antiguidade Clássica, Idade Média e História do Caribe/América Hispânica. Assiste-se também a uma multiplicação dos temas de pesquisa: as etnias, a violência, as transgressões, as resistências, as relações de gênero, o cotidiano, as religiões e as religiosidades, as representações, os imaginários, a memória, as identidades, as imagens, os discursos, as subjetividades, as sociabilidades, os processos de modernização, dentre outros. Diferentemente das décadas passadas, investigações que, em sua maioria, apresentaram-se sob o primado do simbólico, do cultural. Ademais, trabalhos que analisam as relações entre história e literatura, bem como as reflexões nos domínios da Teoria da História ganharam relevo no ambiente historiográfico em Goiás.

Por derradeiro, é imperioso salientar que, embora essa ampliação dos objetos, dos temas, das abordagens, dos interesses de pesquisa demonstre que a comunidade de historiadores do estado tenha aumentado a interlocução¹² com os diferentes centros de pesquisa histórica, tanto no Brasil como no exterior, a grande questão que se coloca é como não promover um verdadeiro abandono das reflexões sobre as problemáticas regionais, sob pena de que a sociedade goiana precise recorrer a outros ambientes/instituições para responder às suas inquietações quanto às tradições, resquícios do passado ou sobre elementos atinentes à constituição histórica da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 7-15.
- BORGES, Simone A. **Os Cursos de História da Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. Goiânia: UFG. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1972.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa na Historiografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- CHAIM, Marivone M. **Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1972.
- DOLES, Dalísia E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1972.

¹² A professora Janaína Amado (1990, p. 14), que trabalhou por muito tempo no Departamento de História da UFG, relata que percebia um certo “complexo de inferioridade” por alguns pesquisadores de centros menores que idolatravam, chegando até sacralizar “pessoas e produções de centros maiores”. Embora não tenha se referido diretamente a historiadores de Goiás, acredito que, pelo tempo o qual atuou na UFG, antes de transferir para UNB, implicitamente, refira-se as(os) “colegas goianas(os)”.

FALCON, F. J. C. O campo problemático da historiografia contemporânea. In: _____. **História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 17-32.

FREITAS, Lena C. B. F; SALLES, Gilka V. F. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**. Goiânia, 1(2), jul./dez., p. 01-18, 1996.

GOMEZ, Luis Palacín. **1722-1822 – Goiás: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas**. 2. ed. Goiânia: Ed. Oriente, 1976.

MORAES, Maria A. S. **Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1972.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SALLES, Gilka V. F. **Adequação da Teoria de Gaston Bachelard à historiografia**. Goiânia: UFG. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História, 1974.

SILVA, Rogério Chaves da. **O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacín sobre o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.